

A BIOPOLÍTICA E A NECROPOLÍTICA NOS “TRISTES TRÓPICOS”: NEOLIBERALISMO E RACISMO ECONÔMICO NO BRASIL PÓS-2016

Rodrigo Diaz de Vivar y Soler¹

Cíntia Régia Rodrigues²

Rafael Araldi Vaz³

Patrícia Tatiana Raasch⁴

Flávia Roberta Busarello⁵

Isto não é um poema. Só desabafo que não pude não fazer e não pude fazer de outra forma, que não fosse assim fatiando as frases no espaço aqui. E “não existe amor em SP” ou “no coração do Brasil” fraturado nesses dias brutos de coturnos chucros a chutar a cara de quem ama arte, cultura, educação, liberdade de expressão, diversidade, cidadania, solidariedade, democracia, mas não se dá a mínima o que importa é se subiu a bolsa caiu o dólar (Arnaldo Antunes).

Resumo: Apresentamos neste ensaio teórico, alguns apontamentos sobre as correlações entre a biopolítica e a necropolítica. O referencial teórico é composto por intelectuais que dialogam diretamente com o projeto em curso formulado por Michel Foucault intitulado, história política da governamentalidade. O percurso metodológico foi traçado a partir de uma revisão literária e diálogo crítico entre os processos de colonização da sociedade brasileira e

¹ Bacharel em Psicologia pela UNESC. Mestre em Psicologia pela UFSC. Doutor em Filosofia pela UNISINOS. Professor permanente do Mestrado em Educação da FURB. Endereço postal: Rua Antônio da Veiga, 140 - Itoupava Seca Cep: 89030-903 - Blumenau – SC. E-mail: rsoler@furb.br.

² Doutora em História pela Universidade do Rio dos Sinos – UNISINOS- Docente do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE - da Universidade Regional de Blumenau. Endereço postal: Rua Antônio da Veiga, 140 - Itoupava Seca Cep: 89030-903 - Blumenau – SC. E-mail: crrodrigues@furb.br.

³ Doutor em História pela UFSC. Professor do Centro Universitário FACVEST. Endereço postal: Av. Mal. Floriano, 947 - Centro - CEP 88503-190 - Lages / SC. E-mail: araldivaz@yahoo.com.br.

⁴ Graduada em História. Doutoranda em Educação pela Furb. Bolsista Capes. Endereço postal: Rua Antônio da Veiga, 140 - Itoupava Seca Cep: 89030-903 - Blumenau – SC. E-mail: profpatriciaraasch@gmail.com.

⁵ Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) com estágio sanduíche na Universidad de Salamanca (USAL). É professora no departamento de Psicologia na Universidade Regional de Blumenau (FURB). Endereço postal: Rua Antônio da Veiga, 140 - Itoupava Seca Cep: 89030-903 - Blumenau – SC. E-mail: frbusarello@gmail.com.

a governamentalidade neoliberal. Destacamos que os elementos presentes na bifurcação da biopolítica e da necropolítica, se constituem como um projeto em curso responsável por fazer a gestão permanente da morte na periferia do capitalismo. Concluimos apontando que tanto a biopolítica, como a necropolítica perfilam os horizontes de uma gestão econômica das condutas voltada para o viés do racismo como plataforma de governamentalidade.

Palavras-chave: Biopolítica. Necropolítica. Racismo Econômico. Neoliberalismo.

THE BIOPOLITIC AND THE NECROPOLITIC IN THE BLUE TROPIC'S: NEOLIBERALISM AND ECONOMIC RACISM IN BRAZIL POST-2016

Abstract: We present In this papper, some notes on the correlations between biopolitics and necropolitics. The theoretical framework is composed of intellectuals who dialogue directly with the ongoing project formulated by Michel Foucault entitled, political history of governmentality. The methodological course was traced from a literary review and critical dialogue between the processes of colonization of Brazilian society and neoliberal governmentality. We emphasize that the elements present in the bifurcation of biopolitics and necropolitics constitute an ongoing project responsible for permanently managing death on the periphery of capitalism. We conclude by pointing out that both biopolitics and necropolitics outline the horizons of an economic management of conduct focused on the bias of racism as a platform of governmentality.

Keywords: Biopolitics. Necropolitics. Economic Racism. Neoliberalism.

BIOPOLÍTICA Y NECROPOLÍTICA EN LOS “TRÓPICOS TRISTES”: NEOLIBERALISMO Y RACISMO ECONÓMICO EN EL BRASIL POST-2016

Resumen: En este ensayo teórico presentamos algunos apuntes sobre las correlaciones entre biopolítica y necropolítica. El marco teórico está compuesto por intelectuales que dialogan directamente con el proyecto en curso formulado por Michel Foucault titulado Historia política de la gubernamentalidad. El recorrido metodológico se trazó a partir de una revisión literaria y un diálogo crítico entre los procesos de colonización de la sociedad

brasileña y la gubernamentalidad neoliberal. Destacamos que los elementos presentes en la bifurcación de la biopolítica y la necropolítica constituyen un proyecto en curso responsable de gestionar permanentemente la muerte en la periferia del capitalismo. Concluimos señalando que tanto la biopolítica como la necropolítica perfilan los horizontes de una gestión económica de la conducta centrada en el sesgo del racismo como plataforma de gubernamentalidad.

Palabras clave: Biopolítica. Necropolítica. Racismo económico. Neoliberalismo.

Introdução

No ano de 1955 Lévi-Strauss (1996) publicou sua etnografia sobre os nossos *trópicos*. Nesse livro ele narra, por meio de um sensível olhar etnográfico, os modos de vida e os hábitos culturais dos povos originários, mas também os motivos pelos quais etnias como os Bororo ou os Tupi-Kawahib foram, ao longo de séculos de colonização, exterminados pelo processo de colonização. Afirmamos isso pois, segundo estatísticas em meados do século XVI havia aproximadamente 5 milhões de habitantes no território que hoje corresponde ao Brasil. Atualmente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mapeia 896,9 mil indígenas divididos em 305 etnias e 274 línguas. Em pouco mais de cinco séculos, essas populações originárias foram reduzidas drasticamente, além de terem seus territórios reduzidos, invisibilizando ainda suas experiências, saberes, ancestralidades e suas ações na história do Brasil.

Durante séculos, procurou-se promover no Brasil o processo de assimilação e integração das populações indígenas à sociedade nacional. Diversas políticas foram empreendidas, mas nenhuma alcançou consequências significativas quanto à conquista de direitos civis pelos indígenas. No âmbito das políticas federais durante o século XX, pode-se destacar a criação do SPILTN, criado em 1910, alterado em 1918 para o SPI (Serviço de Proteção aos Índios), e a própria FUNAI elaborada em 1967, que, por diversas vezes, deixou os interesses e os direitos indígenas em último plano, sobrepondo amiúde os próprios desejos desenvolvimentistas do

governo federal. Sob a categoria “indígena” encontram-se diferentes grupos étnicos, distintos entre si, os quais reivindicam parte dos seus direitos baseados no princípio dos direitos “originários”, principalmente após a elaboração da Constituição de 1988.

É salutar perceber que na história do Brasil, desde o período colonial, existe um procedimento de ordenação e de marginalização que atua por meio do racismo, sendo “(...) uma forma sistêmica e discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes” (ALMEIDA, 2019, p. 32) permanecendo enraizado na sociedade.

A antropologia de Lévi-Strauss (1996), é uma história do nosso presente. Seu perturbador diagnóstico desdobra que, nos tristes trópicos, não impera a suposta afetividade dos *homens cordiais* (HOLANDA, 1999), mas sim a violência contra as formas de vidas abjetas. Segundo Linhares da Silva (2017), as experiências modulares do racismo constituem-se como um projeto estrutural e estruturante lembrando-nos que, nos trópicos o problema não é tanto a naturalização, mas a sacralização da vida nua. Ou seja, a radicalidade do extermínio sistemático dos povos originários faz solapar os elementos ligados do projeto de colonização, ao extermínio sistemático nas periferias das grandes cidades.

Tais experiências convergem para as condições de possibilidades das correlações entre os acontecimentos históricos e os desdobramentos recentes vivenciados pela sociedade brasileira. A esse respeito lembra-nos Rolnik (2018), acerca da emergência de um inconsciente colonial capitalístico responsável por operar a bifurcação entre a bio e a necropolítica dos tristes trópicos, que se mantém e se reproduz diariamente marcando os corpos memoriosos, como explica Spinoza (1677/2013). Entretanto, é preciso que se pergunte: quais os desdobramentos nos encontros entre uma racionalidade de mercado racista e uma subjetivação escravocrata? Precipita-se nesta problematização, o fato que o neoliberalismo não é somente uma ideologia, mas uma prática refletida de governo que coloniza a terra embrutecida dos sujeitos colonizáveis produzindo a normativa da individualidade do livre mercado. Como explica Galeano (2012, p. 81): “(...) o sistema, que não dá de

comer, tampouco dá de amar: condena muitos à fome de pão e muitos mais à fome de abraços.”

Ou seja, trata-se de um projeto em curso no qual está em jogo não somente o aprofundamento da crise da democracia representacional e/ou da manutenção das garantias fundamentais, mas a ondulação de um programa de governamentalidade responsável por tornar os trópicos o laboratório sistemático e permanente do etnocídio. Beirando uma naturalização da morte de alguns e a vida de poucos, um cenário que se evidencia sem camuflagens desde a emergência da Pandemia de Covid-19.

A finalidade deste artigo consiste em explorar e refletir sobre as correlações da biopolítica e da necropolítica com alguns dos últimos acontecimentos ocorridos no Brasil desde 2016, enfatizando o genocídio vivido pelos invisibilizados. Tais acontecimentos potencializaram a formação de um racismo econômico amparado na governamentalidade neoliberal. Para tanto, valemo-nos de uma leitura sistemática sobre alguns acontecimentos da história recente do nosso país, associada ao contexto dos intelectuais que procuram problematizar os caminhos da biopolítica, da necropolítica, dos regimes de verdades das governamentalidades e do olhar para a qualidade dos afetos produzidos a partir destes. A partir disso, lançamos um olhar sobre a realidade vivida nestes tristes trópicos compreendendo que os efeitos aqui destacados são um recorte de uma realidade que ainda irá ressoar em nossos corpos, mas que tomou uma evidência catastrófica com os últimos anos.

No curso *Nascimento da Biopolítica* Foucault (2012) aponta que, desde a emergência da modernidade, a economia política encontra-se no epicentro dos efeitos que irão constituir a governamentalização das condutas pelas mãos da biopolítica. Ou seja, a economia política capilariza os efeitos da exploração comercial e dos indicadores de mercados, mas também fixará as bases dos modos de subjetivação e de controle da população.

Parece-me que temos aí uma das características fundamentais dessa nova arte de governar que é indexada ao problema do mercado e da veridicção

do mercado. Claro, não está aí, nessa organização em todo o caso nessa reflexão sobre a posição recíproca do mundo e da Europa, não está aí o início da colonização. Fazia tempo que ela havia começado. Não creio tampouco que esteja aí o início do imperialismo no sentido moderno ou contemporâneo do termo, porque sem dúvida é mais tarde, no século XIX, que se vê a formação desse novo imperialismo. Mas digamos que temos aí o início de um novo tipo de cálculo planetário na prática governamental europeia. Dessa nova forma de racionalidade planetária, desse aparecimento de um novo cálculo com as dimensões do mundo, creio que podemos encontrar muitos indícios (FOUCAULT, 2012, p. 77).

Essa é a catástrofe do neoliberalismo. Colocar em curso não somente as bases estruturais do imperialismo, mas precipitar um modo de vida responsável, por intensificar, nos países periféricos, a vocação de uma servidão voluntária frente aos modos de verdades do racismo econômico.⁶ Os dispositivos dessa prática refletida de governo percorrem uma série de desmontes, cuja agenda reformista - sob a alegação de contenção da crise econômica - atinge em cheio os mais pobres, os povos indígenas, negros e negras, quilombolas, pescadores artesanais, a população LGBTQIA+, comunidades tradicionais enfim, todo o *rejeito das sociedades capitalistas*. Tais desconstruções se apresentam por meio de um conjunto de enunciados responsáveis por endossar esse programa sistemático de violência racial e social na dialética exclusão/inclusão (SAWAIA, 2001). Ou seja, os modelos de racionalidades dessas plataformas reverberam enunciados antidemocráticos como: "já existem terras demais para os povos indígenas" ou "meninos usam azul e meninas usam rosa". Assim é praticado um genocídio da própria diversidade (SAWAIA, 2001).

No Brasil pós-2016, não se trata somente de *fazer viver e deixar morrer* (FOUCAULT, 1976), mas sim de *fazer morrer e deixar morrer*. O fundamento dessa modalidade de gestão passa a ser marcado por uma estreita articulação entre as

⁶ O Imperialismo se caracteriza como um conjunto de ideias e valores pensados pela economia política no sentido de maximizar os efeitos de expansão territorial, cultural e econômica desde a emergência do processo de colonização. No início do século XX Lênin (1979) constatara que o Imperialismo, atingiria um grau de refinamento estratégico de dominação sobre os povos em escala global. Da mesma forma Negri e Hardt (2001), pensam a constituição política do tempo presente a partir da imaterialização do Imperialismo e da materialização do Império nas biopolíticas do século XXI.

estratégias de saber, as práticas de poder e os processos de subjetivação incrustadas na governamentalidade neoliberal e do racismo econômico. Em outras palavras, talvez possamos pensar se, tais efeitos não constituem as bases de uma condução das condutas biopolíticas da heteronormatividade ocidental, e a mortificação como tributo sistemático pago pelas comunidades.

Chama-nos a atenção neste processo modular não somente o desmonte das políticas públicas e do Estado de Bem-Estar Social. Na realidade, os dispositivos biopolíticos e necropolíticos efetivam o desdobramento de múltiplas máquinas de extermínio, por meio de uma guerra continuada contra os mais pobres pela fibrilação entre os afetos e os corpos políticos (SAFATLE, 2016) produzindo, desta maneira, afetos tristes e agindo sobre o direito natural do sujeito em perseverar na existência (SPINOZA, 1677/2014), fazendo morrer em vida e cerceando os corpos dos bons encontros.

No programa de tal gestão da morte, milicianos e fundamentalistas religiosos estão no mesmo lado da trincheira que os executivos da Faria Lima. Eles são os personagens convocados a promover um confronto sistemático em prol da liberalização da economia e do conservadorismo dos costumes, pois segundo Pelbart (2016, p. 1-2):

Estamos em guerra. Guerra contra os pobres, contra os negros, contra as mulheres, contra os indígenas, contra os craqueiros, contra a esquerda, contra a cultura, contra a informação, contra o Brasil. A guerra é econômica, política, jurídica, militar, midiática. É uma guerra aberta, embora denegada; é uma guerra total, embora camuflada; é uma guerra sem trégua e sem regra, ilimitada, embora queiram nos fazer acreditar que tudo está sob a mais estrita e pacífica normalidade institucional, social, jurídica, econômica. Ou seja, ao lado da escalada generalizada da guerra total, uma operação que a abafa em escala nacional. Essa suposta normalização em curso, essa denegação, essa pacificação pela violência — eis o modo pelo qual um novo regime esquizofrênico parece querer instaurar sua lógica, em que guerra e paz se tornam sinônimos, assim como exceção e normalidade, golpe e governabilidade, neoliberalismo e guerra civil. Nada disso é possível sem uma corrosão da linguagem, sem uma perversão da enunciação, sem uma sistemática inversão do valor das palavras e do sentido do próprio discurso, cujo descrédito é gritante.

Os efeitos nocivos dessa guerra em curso colocam em relevo uma estratégia radical dos horizontes entre Estado, Sociedade Civil e Cidadania. Por certo, segundo aponta Passetti (2013) a biopolítica é um conceito central operado por Foucault em relação à superação do poder soberano, para o programa modular do governo das condutas. Entretanto cumpre-nos questionarmos se, no contexto da realidade brasileira, todo o movimento da política institucional desde 2016, converge seus procedimentos no sentido de preservar os interesses pelas estratégias de assujeitamentos promovidas pela biopolítica tropical.

Deste modo, em um primeiro momento são apresentadas conversações longitudinais em torno da correlação entre a bio e a necropolítica tendo como pano de fundo o problema do racismo econômico como dispositivo sacrificial das experiências e dos afetos que compõem os corpos/subjetividades periféricas. Nossas considerações finais são dedicadas a explorar as condições de possibilidades para uma leitura em torno dos regimes de governamentalidades a contrapelo do dispositivo de soberania.

O espelho quebrado da biopolítica: existe muito pecado ao Sul do Equador...

Com um certo tom de ironia poderíamos reescrever, uma parte da canção produzida por Chico Buarque na década de 1970, pois em um rápido sobrevoo sobre nossa história recente, constatamos que (...) *existe muito pecado do lado de baixo do Equador*. O início do século XXI promove muitas fissuras nas já desgastadas veias abertas da América Latina (GALEANO, 2013). Crise econômica, tentativas de golpes, ascensão do fundamentalismo religioso, extermínio dos povos originários e da nossa biodiversidade constituem-se como uma realidade cada vez mais presente em vários países.

Essas são as forças de um teatro biopolítico no qual a necropolítica permanece à espreita para a sua emergência. Se o Estado Democrático de Direito solapou com o Golpe de 2016, as instituições logo tentaram produzir um sentido de normalização para as suas práticas. *Bem ou mal*, é preciso que as instituições e as democracias representativas funcionem! O que está em jogo é a própria ideia de

golpe como horizonte geral da razão de Estado (FOUCAULT, 2008). A verossimilhança entre o golpe de 2016 e a razão de Estado tem a ver mais com as dinâmicas procedimentais do que propriamente as esferas representativas da democracia na América Latina. Ou seja, os efeitos de um golpe de Estado sob o paradigma da razão de Estado nos apontam que, diferentemente do que é delimitado, esse acontecimento não se limita a supressão de direitos, mas como uma estratégia de preservação do próprio Estado. Essa máquina deve aplicar seus excessos para operar, não as leis superiores do governo, mas sim demonstrar que a governamentalidade é superior ao próprio Estado.

A experiência brasileira como efeito regular do golpe representa a salvação do próprio Estado. Os operadores jurídicos, os constitucionalistas e os políticos dobram-se perante a emergência das manifestações especularizadas levando até as últimas consequências a judicialização como dispositivo de criminalização e morte de todas as formas de vidas contrárias ao neoliberalismo.

Desde o Golpe de 2016 somos expostos, portanto, a uma agenda reformista que se apresenta como um ataque frontal ao Estado Democrático de Direito e de Bem-estar Social. Reforma Trabalhista, Reforma do Ensino Médio, Reforma da Previdência e Reforma Administrativa, fim do Bolsa Família e as autorizações dos garimpos e do Marco Temporal, são emblemas de uma alegoria de governamentalidade que faz dobrar o Estado a favor dos interesses econômicos, mas, em simultâneo, das formas de exceção. Gomes e Matos (2017) nos lembram que as medidas excepcionais à legalidade demonstram um funcionamento perene das regras arbitrárias do racismo econômico como modo de governamentalidade próprio à sociedade brasileira.

Em outras palavras, o que procuramos afirmar é que as raízes deste processo denotam a continuidade da guerra sistemática contra à população mais pobre. A ação repressiva das forças policiais, por exemplo, possui na sua ação truculenta, o desvelamento do processo de colonização, potencializada durante os primeiros anos da República, foi recrudescida com a emergência da ditadura nos anos 1960-80 e continua se mostrando perversa após a redemocratização, as armas seguem

apontadas para homens, pretos e pobres, majoritariamente (WERMUTH, 2018), como por exemplo o massacre de Jacarezinho em maio 2021, mas também diretamente autorizada aos povos indígenas através dos garimpos, construção de barragens e grilagens de terra.

No Brasil, o governo dos homens (FOUCAULT, 2012) como exercício da soberania política, desdobra-se em uma modulação biopolítica das formas de exceção. Entretanto, o problema reside em percebermos como todo o panorama dessa modulação perfila as práticas refletidas de governo, que busca incessantemente produzir modos de subjetivação colonizados.

Nesse sentido, a biopolítica configura-se como uma ferramenta voltada para a racionalização da prática governamental no campo da soberania e no interstício das formas de exceção. Ocorre que, é sempre importante discutirmos modos pelos quais a biopolítica dos trópicos é solidária as bifurcações da necropolítica. O estatuto de solidariedade deste processo é tensionado pelas aproximações entre a soberania e o Estado de exceção. A *plantation* é a experiência limítrofe entre a soberania e a exceção no regime de governamentalidade brasileira, pois

Enquanto estrutura político-jurídica, a *plantation* é sem dúvida um espaço em que o escravo pertence ao senhor. Não é uma comunidade porque, por definição, a comunidade implica o exercício do poder de fala e de pensamento (MBEMBE, 2018, p.27).

O horizonte de aplicabilidade de tal modelo consiste em permitir o estabelecimento das garantias fundamentais, abrindo mão do *apriori* aos quais esse objeto está comumente atrelado, enxergando nos diagramas da biopolítica e da necropolítica não somente o modelo de gerenciamento da vida, correlativo às estruturas habituais e organizacionais da máquina estatal. Ou seja, o estudo sobre a constituição da biopolítica pode nos mostrar que, conceitos como soberania, democracia, justiça e economia são meros apêndices da instrumentalização das práticas de governanças responsáveis por fazer de países em desenvolvimento os laboratórios perfeitos para mudanças estruturais do racismo econômico.

Você é parte de um experimento. Talvez sem perceber, mas você é parte de um experimento. O destino do seu corpo, sua morte são partes de um experimento de tecnologia social, de nova forma de gestão. Nada do que está acontecendo nesse país que se confunde com a nossa história é fruto do imprevisto ou de voluntarismo dos agentes de comando. Até porque, ninguém nunca entendeu processos históricos procurando esclarecer a intencionalidade dos agentes (SAFATLE. S/D, 01).

Dessa forma, o Estado brasileiro não depende unicamente das suas instituições para garantir a sua sobrevivência, mas também de modelos gerenciais propostos pelas diferentes formas de gerenciamento da vida. A razão de Estado é, portanto, o ponto de encontro entre os modos de soberania e uma governamentalidade sempre a se constituir. Conforme nos lembra Foucault (2012) com a emergência da modernidade, estamos diante da formação de uma espécie de *ontologia da governamentalização do Estado*, uma vez que essa substância se caracteriza pelo *dever ser* cuja tecnologia política é compreendida a partir dos elementos raciais presentes na configuração do nosso modelo de governamentalidade.

Neste sentido, a configuração do regime de governamentalidade da razão de Estado brasileira apresenta-se, como um exercício de uma biopolítica marcada por ações que, direta ou indiretamente, ocupam-se em gerenciar a vida. Por outro lado, o espelho quebrado desse gerenciamento, gravita em torno das forças da necropolítica e do neoliberalismo. Eis o projeto: governar pelas mãos da biopolítica a vida e deixar morrer pelas mãos da necropolítica (DIAS, 2020).

Segundo Silva (2017), chama a atenção como esse processo singular se converge na formação do corpo-espécie da população colonizada e prostrada a um racismo econômico cuja meta não é outra senão produzir um efeito de continuidade colonial da subjetividade. Segundo Rolnik (2018), o procedimento formal do inconsciente colonial capitalístico é modulado pelas experiências formais da veridicção do mercado econômico, cujas tipologias paradoxais formulam a produção da subjetividade como experiência colonizada do racismo. Tal efeito se dirige para

uma ilustração desse percurso pelo fato de que, conforme Lemos et al. (2017, p. 166):

Há intolerância na sociedade, e o estigma contra a juventude negra, moradora de periferias urbanas, pobre e com baixa escolaridade é uma delas. Organismos internacionais e agências de direitos vêm apontando os efeitos nefastos da produção desse estigma, tais como a prática de extermínio dos jovens negros pobres ou aprisionamento massivo destes. Nesse sentido, um lugar criado para esse grupo social recorrente é a cadeia ou o caixão, infelizmente.

O etnocídio de jovens negros pobres provenientes da periferia e de povos indígenas com o garimpo, barragens e grilagens de terra, são efeitos da seletividade econômica racial e étnica.⁷ Tal processo se manifesta no nosso cotidiano, quando da precarização do trabalho toma os contornos de uma razão sistemática que conduz à morte ou a invalidez proveniente da informalidade (LEMOS ET AL, 2017). Seletividade do racismo econômico produtor da aporofobia como estratégia de governamentalidade. Segundo Zeifert e Berton (2021), as políticas econômicas compreendem a potencialização das vulnerabilidades as quais estão sujeitos os mais pobres.

Podemos ilustrar alguns exemplos de tal modelo de governamentalidade⁸ implementados no nosso país recentemente. O primeiro deles, refere-se ao fim do *Mais Médicos* ocorrido no início de 2019. Tendo como argumento o combate ao comunismo setores conservadores, desconstruíram e descontinuaram uma política de saúde responsável por levar assistência médica a moradores das regiões mais afastadas e não industrializadas do Brasil. Não menos importante, há que se mencionar ações promovidas contra os povos originários, quilombolas e ribeirinhos por meio de incentivo direto ao desmatamento, implementação de barragens e

⁷ Cumpre destacar que à população indígena foi suscetível, desde a emergência da crise sanitária da COVID-19, a omissão dos órgãos públicos de regulação e de defesa destes povos.

⁸ A partir da multiplicidade de experiências ligadas aos desdobramentos do projeto foucaultiano de uma genealogia das formas de governo, podemos destacar certos trabalhos intelectuais que procuram pensar o movimento pendular entre a governamentalidade e a necrogovernamentalidade. Tensionada neste percurso situa-se à modulação da experiência de uma necrogovernamentalidade. No caso, podemos citar a tese de doutoramento de Franco (2018) responsável por situar os horizontes dessa experiência dos corpos enterrados nas valas comuns dos cemitérios de São Paulo. Ver mais detalhes em: FRANCO, 2018.



hidrelétricas e a liberação de agrotóxicos sob a justificativa de uma pauta desenvolvimentista marcada pelo sistema financeiro e pela desregulamentação econômica. O objetivo desta modulação biopolítica seria fazer emergir, na periferia do capitalismo, a produção da vida e da subjetividade, assujeitadas a uma política centrada na produção de um neocolonialismo como justificativa para a resolução das constantes crises sistêmicas (HILÁRIO, 2016).

Tal ciclo de governamentalidade estabelece as dinâmicas das formas de exceção pelas mãos do racismo econômico e, nesse sentido, conforme nos adverte Mbembe (2018, p. 18):

Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado.

Não seria a biopolítica tropical uma tecnologia de governo sustentada pela tese, de que o Estado se configura como um aparato responsável pelo etnocídio econômico dos mais pobres e, pelo etnocídio dos inimigos da pátria?

De acordo com essa mentalidade, as relações de governamentalidade devem ser pensadas sob o paradigma do Estado de exceção. Contudo no contexto brasileiro o problema agora reside, portanto, na finalidade de se justificar, quase cotidianamente, a existência dos *inimigos do país, da cultura do empreendedorismo, e das economias por aplicativos*, pois todo esse conjunto de práticas refletidas de governo são mais que um mal necessário: na realidade, elas convergem para um ritual de purificação necessário para o próprio fortalecimento de um Brasil branco, heterossexual, cristão e neocolonial. A verossimilhança dessa condição perfila os elementos paradoxais do dispositivo sacrificial proveniente ao modo de governamentalidade pastoral (FOUCAULT, 2008). Nesse sentido,

A situação seria cômica se não fosse tão trágica. Os muito ricos passam a ser credores de toda a sociedade, e passam a exigir dela todo tipo de sacrifício, por meio de uma dívida pública criada precisamente pelo fato de que quem deveria pagar mais impostos simplesmente deixa de pagá-los. Isso

sem contar o fato de que ninguém no Brasil sabe de onde efetivamente essa dívida pública provém. Jamais foi realizada uma auditoria na dívida pública. Como todo especialista que estuda o assunto sabe muito bem, o segredo da dívida pública só serve para encobrir todo tipo de falcatura. A mais comum tem a ver com a socialização das dívidas de plutocratas e poderosos que ficam com o lucro e a população, com o prejuízo (SOUZA, 2017, p. 94).

O conteúdo fundamental de tal cálculo refletido de governo reflete o enunciado de que se deve buscar a maximização dos lucros provenientes dos interesses econômicos. No nascimento dessa modulação de governamentalidade, os elementos de uma prática das condutas voltadas aos interesses econômicos e ao utilitarismo fundamentalista dos setores conservadores (SOUZA, 2017). Essas duas categorias são responsáveis por deslocar os efeitos constitucionais em nome da maneira peculiar pela qual a maquinaria da biopolítica executa as suas estratégias. Em termos econômicos, os indivíduos são transformados em estatísticas, pois já não são mais rentáveis, não sendo mais requisitados a dispenderem sua força de trabalho no interior de um processo produtivo amplo (HILÁRIO, 2016).

Em relação a toda essa propaganda de máquina governamental vale ressaltar que ela deve ser compreendida a partir dos traços relacionados aos interesses econômicos como emblema de uma ordem, a qual são colocadas a seu serviço, todas as dinâmicas de segurança e de reconfiguração de um novo Estado de polícia, cuja função não é outra senão proteger o neoliberalismo, pois como lembra Foucault (2012, p.10):

Em compensação, na ordem do que hoje se chamaria de política interna, o Estado de polícia implica o quê? Pois bem, ele implica justamente um objetivo ou uma série de objetivos que poderíamos dizer ilimitados, pois se trata precisamente, no Estado de polícia, para os que governam, de considerar e encarregar-se não somente da atividade dos grupos, não somente das diferentes condições, isto é, dos diferentes tipos de indivíduos com o seu estatuto particular, não somente de encarregar-se disso, mas encarregar-se da atividade dos indivíduos até em seu mais tênue grão.



É importante destacar uma ampla campanha, dedicada a pensar a implementação de um projeto distópico da formação da razão de Estado. Ao mesmo tempo, tal projeto se interessa em pensar os contornos de uma leitura sobre os modos pelos quais a governamentalidade neoliberal, se apropria da gestão da morte, tomando-lhe a tarefa de tributar economicamente a vida nua.

Trata-se de um Estado da biopolítica correlativo ao Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, há de se destacar o esfacelamento de um débil Estado de Bem-Estar Social se realiza por meio da barbárie, numa dinâmica em que a era de crescimento de direitos individuais e políticos é substituída pelo modelo da racionalidade econômica.

Talvez toda essa prerrogativa de um viés racista, nos indique que o problema não reside, em tentarmos opor à civilização da barbárie, mas tentarmos situar os modos pelos quais a governamentalidade neoliberal opera a torção das relações com a soberania por meio do estado de exceção. A biopolítica dos nossos dias nos trópicos não se limita a narrativas jurídicas tradicionais. Há um sentido utilitário pelo problema daquilo que se deve, da continuidade da vida pelo modelo econômico.

O pensamento contemporâneo se esqueceu de que, para seu funcionamento, o capitalismo, desde suas origens, sempre precisou de subsídios raciais. Ou melhor, sua função sempre foi produzir não apenas mercadorias, mas também raças e espécies. Defino como neoliberalismo a época em que o capital pretende ditar todas as relações de filiação. Busca se multiplicar numa série infinita de dívidas estruturalmente insolúveis. Já não há distância entre o fato e a ficção. Capitalismo e animismo se tornam uma coisa só. Em vista disso, os riscos sistêmicos aos quais somente os escravos negros foram submetidos na primeira fase do capitalismo representam agora, se não a norma, ao menos a parcela que cabe a todas as humanidades subalternas. Há, portanto, uma tendência à universalização da condição negra. Ela é acompanhada pelo surgimento de práticas imperiais inéditas, uma rebanização do mundo e a intensificação das ações de zoneamento. Essas práticas constituem, no fundo, um modo de produção de novas subespécies humanas fadadas ao abandono e à indiferença, quando não a destruição (MBEMBE. 2016, p. 01).

Conforme essas palavras sugerem, não podemos estabelecer uma leitura do nosso tempo presente sem compreendermos as correlações entre o Brasil pós-2016 e as práticas refletidas de governo, os modos de subjetivação neoliberais e o racismo econômico como uma cartografia de gestão da morte. Esse governo dos homens não se dá pela imposição, mas pela perfeita articulação entre a vontade política do conservadorismo e a curvatura ética do neoliberalismo, que encontra também nos afetos seu radar ético político (SAWAIA, 2001). Como já apontamos, é mister evidenciar que o fazer e deixar morrer não somente no corpo encarnado, mas também no corpo afetivo, visto que na produção dos afetos tristes e na vivência da dialética exclusão/inclusão social se fábrica a morte em vida. Ou seja, cerceando o direito do sujeito de perseverar na existência, se mata no campo dos afetos.

Portanto a cartografia da gestão da morte, é o ato de dar evidência as diversas facetas do ato de matar: se deixando morrer por falta da política pública, se fazendo morrer através do caveirão que sobe os morros da favela ou por uma bala perdida (que nunca esteve perdida) ou no constante ataque a existência de alguns que não podem acessar o Ensino Superior, saúde ou transitar por territórios como o contexto urbano das cidades. Esta constatação nos permite pensar tal estilo de governamentalidade sempre a partir dos seus efeitos e das suas circularidades. Desse modo, o verbo governar acaba sendo visto como uma operatividade voltada para a sobrevivência apenas daqueles que se enquadram no modelo de subjetivação elencado pelo neoliberalismo. Se faz assim uma seleção daqueles que podem permanecer e transitar pelos territórios do país.

No interior desse modelo de gestão, o problema das garantias fundamentais é solapado pelos interesses da economia política. A governamentalidade exercida por essa vontade econômica circula não pela legitimidade das suas ações, mas sim pela criação de estratégias que pactuem em prol da autorregulação do mercado. Por sua vez, é a partir de tal dinâmica que se forma uma espécie de senso utilitarista no qual estão em jogo não apenas a legitimidade ou ilegitimidade das ações governamentais, mas a obtenção do êxito das metas provenientes da economia. No contexto da nossa realidade brasileira, governamentalizar significa atacar duramente

às garantias fundamentais. Contudo, além de tal prerrogativa é preciso fazer prosperar as instâncias da regulação econômica da verdade de mercado desregulamentando a economia para fazer expandir o controle sobre a vida da população.

Considerações Finais

As veredas e bifurcações da biopolítica e da necropolítica nos tristes trópicos perfilam os caminhos do racismo da verdade do mercado econômico. O modelo de gestão racialista, no caso da sociedade brasileira, implica uma necessária problematização desses modos de vida provenientes da governamentalidade neoliberal que, insiste em reconhecer a economia de mercado.

Nesse sentido, é de fundamental importância pensarmos como os acontecimentos dos últimos anos escancara, um modo de subjetivação marcado pelo controle de tal programa governamental. Essa constatação permite com que se pense as dimensões específicas da biopolítica e da necropolítica a partir da necessária defesa exigida no nosso tempo presente. Pensar a realidade biopolítica da população brasileira significa estabelecer uma necessária articulação a partir dos nossos desafios presentes, no sentido da modulação das estratégias de resistências e práticas de liberdades contra o percurso do etnocídio que se dá das mais diversas maneiras: desde o corpo a cultura, afetos e simbolismos.

Destaca-se como o processo de desdobramento dessa biopolítica nos trópicos, percorre uma experiência singular da governamentalização das condutas produzidas no Brasil pós-2016. Este acontecimento fortalece, o diagnóstico de que, diante da expansão da verdade econômica da qual subleva-se o neoliberalismo, as garantias fundamentais são suplantadas por um gerenciamento administrativo marcado pelo racismo econômico. Decorre deste processo, o fato que, o Estado de bem-estar social, ser suplantado por todo um jogo de interesses em que prevalecem os interesses da iniciativa privada contrária aos agenciamentos coletivos e vínculos de solidariedades. A biopolítica dos tristes trópicos no Brasil pós-2016 revela o peso da verdade econômica responsável por modular experiências ligadas a uma

atualização dos procedimentos de exceção cujo efeito mais explosivo, passa necessariamente, pelo extermínio legitimado da *carne mais barata do capitalismo*.

Referências

ABREU, R. J. R. MASCIA, M. A. A. A Reforma do Ensino Médio: aspectos discursivos sob a perspectiva da governamentalidade. **Plures Humanidades**, 2018, v. 19, n. 1, p. 89-101.

Disponível em: <http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/view/355/293>. Acesso em: 07 jul. 2022.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei n.º 6001/73**. Dispõe Sobre o Estatuto do Índio. Brasília, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 1º jul. 2022.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>> acessado em julho de 2017.

DIAS, R. D. Governamentalidade, biopolítica e vida precária: a pandemia de covid-19 no Brasil. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, 2020, v. 15, n. 2, p. 1-26. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/43634>. Acesso em: 02 jul. 2022.

FOUCAULT, M. **A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. 1. ed. Martins Fontes, 2012.

FRANCO, F. L. F. N. **Da Biopolítica à Necrogovernamentalidade: um estudo sobre os dispositivos de desaparecimento no Brasil**. Tese (Doutorado em Filosofia) - USP, São Paulo 2018.

Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-25022019-112250/publico/2018_FabioLuisFerreiraNobregaFranco_VOrig.pdf. Acesso em: 07 jul. 2022.

GALEANO, E. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: L&PM, 1995.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOMES, A. S. T.; MATOS, A. S. M. C. O estado de exceção no Brasil republicano. **Revista Direito e Práxis**, 2017, v. 8, n. 3, p. 1760-1787.

Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21373>.

Acesso em: 6 jul. 2022.

HILÁRIO, L. C. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Sapere Aude**, 2016, v. 7, n. 13, p. 194-210. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/P.2177-6342.2016v7n13p194>. Acesso em: 05 jul. 2022.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NÃO EXISTE PECADO AO SUL DO EQUADOR. Compositor: Chico Buarque e Ruy Guerra. Rio de Janeiro: Abril Coleções, 1973. 1 disco (30 min).

LÊNIN, V. I. **Que Fazer?** As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: HUCITEC, 1979.

LEMOS, F. C. S. et al. O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 2017, v. 12, n. 1, p. 164-176.

Disponível

em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000100012&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 2 jul. 2022.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, A. **O fardo da raça**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NEGRI, A. HARDT, M. **Império**. São Paulo: Record, 2001.

PASSETTI, E. Transformações da Biopolítica e Emergência da Ecopolítica. **Ecopolítica**, 2013 n. 5, p. 2-37.

Disponível

em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/15120/11292>. Acesso em: 05 jul. 2022.

PELBART, P. P. **Estamos em Guerra**. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

ROLNIK, S. **Esferas da Insurreição**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SAFATLE, V. **Bem-vindo ao estado suicidário**. São Paulo: N-1 Edições, S/D.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SILVA, M. L. da. População-sacer e democracia racial no Brasil. **Sociedade e Estado**, 2017, v. 32, n. 3, p. 593-620.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/DFKBxF8G8bNVRhJLD5YqGYk/?lang=pt>. Acesso em: 1º jul. 2022.

SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Obra original de 1677.

SPINOZA, B. **Obra Completa I**: (Breve) tratado e outros escritos. São Paulo: Perspectiva, 2014. Original publicado em 1677.

SAWAIA, B. B. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

WERMUTH, M. A. D. Biopolítica e polícia soberana: a sociedade escravocrata como chave de compreensão da violência e da seletividade punitiva no Brasil. **Revista de Direitos Fundamentais & Democracia**, 2018, v. 23, n. 3, p. 284-309. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1262>. Acesso em 05 jul. 2022.

ZEIFERT, A. P. B. BERTON, D. C. As desigualdades histórico-estruturais nas sociedades latino-americanas e as políticas sociais de promoção da igualdade. **Revista Quaestio Iuris**, 2021, v. 14, n. 02, p. 857-881, 2021. ISSN 1516-0351.

Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/53494>. Acesso em: 06 jul. 2022.

Recebido Março 2022

Aprovado Abril 2023.